

# **Perspectivas sobre o Feminismo Negro em Salvador, Bahia**

**Cecilia McCallum**

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil  
E-mail: CecilAnne.McCallum@gmail.com

## Resumo

No Brasil, as mulheres negras são associadas simbolicamente com o trabalho doméstico. Em Salvador, elas geralmente ocupam a posição social mais baixa na hierarquia socioeconômica. O artigo examina as respostas feministas a esta situação, as quais incluem a ação afirmativa e uma política de presença que prega a eleição de mulheres negras para representar o eleitorado negro feminino. O artigo descreve a dinâmica racial entre feministas negras e brancas na Bahia e demonstra as tendências contraditórias que estruturam o relacionamento. Detalha diferentes influências sobre as ideias e propostas das feministas baianas. Finalmente, desmente, através de uma exploração minuciosa e micro-histórica dos distintos discursos das feministas e os contextos em que são empregados, a proposta de que uma política de identidade necessariamente leva a um novo essencialismo de raça ou de cultura.

**Palavras-chave:** Feminismo. Raça. Política de identidade. Essencialismo. Bahia.

## Abstract

*In Brazil, black women are symbolically associated with domestic work. In Salvador, they generally occupy the lowest places in the socio-economic hierarchy. The article examines feminist responses to this situation. Responses include proposals to introduce affirmative action and a 'politics of presence' that supports the election of black women to represent the black female constituency. The article describes the racial dynamics between black and white feminists in Bahia, showing the contradictory tendencies structuring the relationship. It highlights different influences on the ideas and proposals of Bahian feminists. Finally, through a detailed and microhistorical examination of distinct feminist discourses and the contexts in which they are used, the article contests the notion that a 'politics of identity' necessarily leads to new essentialisms of race or culture.*

**Keywords:** *Feminism. Race. Identity politics. Essentialism. Bahia.*

O lugar simbólico e, muitas vezes, físico, das mulheres “negras” no Brasil é a cozinha, no papel de empregada doméstica<sup>2</sup>. Em Salvador da Bahia, há uma clara associação entre as “casas de família” que empregam domésticas, e categoria social “os brancos”. As patroas são concebidas como brancas, suas empregadas como negras, o que corresponde, muitas vezes, à realidade. Trabalho doméstico é de baixo prestígio e motivo até de vergonha. Uma empregada, por exemplo, contou a seguinte história: ela estudava em um curso supletivo noturno e, ao perguntar às colegas onde moravam, muitas respondiam “com a minha tia”. Essa “tia”, no entanto, morava invariavelmente em um bairro de Salvador dito “nobre”, não na “periferia onde a negrada mora”. Para essa empregada, que é também sindicalista, ativista do movimento negro e feminista, trata-se de prova de que suas colegas tinham vergonha da profissão e do seu lugar na hierarquia social.

Em 2002, a situação brasileira parecia passar por uma fase de transição. Algumas mulheres negras passaram a ocupar posições na esfera pública, sendo a mais conhecida Benedita da Silva, a primeira senadora, governadora e ministra negra na história do Brasil. Na mídia, a ocupação de posições de destaque na esfera pública e na política por mulheres negras foi apresentada como um avanço social, signo de uma mudança de mentalidade. Em Salvador, capital de estado com maior percentagem de afro-descendentes no Brasil (em torno de 80% de uma população de 2.5 milhões<sup>3</sup>) algumas mulheres negras buscavam se apropriar, com algum sucesso, do espaço aberto pela política, em uma estratégia clara e consciente.

Um panfleto do “Ya-Mim – Coletivo de Mulheres Negras da Bahia”, distribuído em 2002, trazia, na capa, o título: “Campanha pela Valorização da Mulher Negra na Política”; e, logo abaixo, “Vote Negra.”

Vote Mulher!". Em duas curtas páginas, tratava da lei das cotas de 1998 (que estipula que de 30% até 70% de candidatas deveriam ser de um sexo<sup>4</sup>); afirmava que a política sempre foi um espaço masculino, definia a política como um amplo espaço de ação (não só ocupar cargos, mas participar de outros movimentos e atividades) e lembrava que o racismo é um mecanismo de poder e que, para as mulheres, "historicamente, o exercício da cidadania [...] é dificultado pela carga da tripla discriminação: mulher, negra, pobre". A solução proposta era a eleição de um número cada vez maior de mulheres negras, que deveriam "tratar, nós também, de assuntos de interesse das comunidades [...]: o cotidiano da casa, as fraldas, o tanque e o fogão fazem parte da vida política". O panfleto, escrito em linguagem fortemente marcada pelo que se poderia descrever como "discurso sociológico", afirmava não querer essencializar o debate sobre "a invisibilidade da mulher negra nos espaços formais de representação política". Ao contrário, pretendia atingir a todos, homens e mulheres, negros e brancos: "mas, para isso, é preciso que as mulheres negras, objeto desta campanha, estejam presentes, pois há limites para a delegação".

No entanto, até 2008, essa e outras tentativas de "alterar a invisibilidade das mulheres negras" não parece ter modificado em nada o espetáculo dos milhares de empregadas domésticas que, todos os dias, no final da tarde, se aglomeram nos pontos de ônibus das áreas nobres de Salvador, retornando para suas casas nos bairros distantes, depois de mais um dia na cozinha de suas patroas. Em outras palavras, a desigualdade de raça, classe e gênero a que as feministas negras chamaram atenção, permanecia.

Em 2002, ao desenvolver um estudo da relação entre a vida cotidiana e o ativismo em movimentos antirracistas ou a favor dos negros, entrevistei cinco feministas envolvidas com movimentos sociais e políticos que buscavam interromper o ciclo de reprodução dessa desigualdade: Creuza Oliveira (presidente do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas na Bahia, Sindoméstica), Olívia Santana, (da União de Negros pela Igualdade, UNEGRO, e, na época, candidata a deputado estadual pelo PCdoB), sua assessora eleitoral e também ativista na UNEGRO, Ubiraci Matildes de Jesus, e a militante Jussara Santana,

que passou do UNEGRO para uma pequena organização de feministas negras, apelidada por ela o Coletivo de Mulheres<sup>5</sup>. Também entrevistei Adna Aguiar, ativista antirracista não-negra e conhecida “feminista histórica” na Bahia, além de importante figura na seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Adna, que sofre de uma incapacidade de locomoção por ter sido vítima de paralisia infantil na infância, foi procuradora do Ministério Público até 2002, quando esse órgão a nomeou para o cargo de juíza federal no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Na discussão que segue, refiro-me, sobretudo, a essas cinco entrevistas, comentando de modo mais geral o conteúdo de algumas outras.

Nas entrevistas, após expor em detalhes os objetivos da investigação e apresentar um termo de consentimento a ser assinado, eu pedia que contassem suas histórias de vida<sup>6</sup>. Com isso, pretendia desvendar as conexões entre as experiências infantis, juvenis e adultas dos entrevistados, bem como sua passagem do anonimato para a vida pública. Que razões teriam levado essas pessoas a se tornarem políticas, ativistas ou figuras conhecidas na esfera pública? Enfim, através de entrevistas, investiguei as trajetórias de entrada e permanência na política e nos movimentos sociais e/ou culturais. Esse capítulo explora as trajetórias dessas mulheres, retrazando o desenvolvimento das suas identidades políticas e pessoais, o que ocorreu durante um processo de desafio a um sistema que condena as mulheres negras à última posição na hierarquia socioeconômica vigente. Procurando compreender as suas descrições das experiências vivenciadas na infância, juventude e durante a vida adulta, investiga, na perspectiva por elas oferecida, a dimensão subjetiva da vida política e pública.

No entanto, trata-se de uma exploração dessas biografias com um olhar etnográfico. O capítulo parte do pressuposto de que o valor da contribuição antropológica ao estudo da política e dos movimentos sociais e culturais está no seu esforço de apreender os significados das categorias “nativas”, sobretudo no contexto em que aparecem e segundo as modalidades concretas de sua utilização, como defende Goldman, 2006. Assim, no texto que segue, a análise das narrativas autobiográficas das feministas é contextualizada por uma etnografia da cena política em que elas operavam no ano da pesquisa. Com esta

perspectiva duplamente biográfica e etnográfica, o texto examina a dinâmica da relação entre feministas brancas e negras em Salvador, traçando um retrato particular do campo dos movimentos sociais, culturais e políticos na Bahia, sobretudo, aqueles que lidam com as desigualdades e diferenças de raça, classe e gênero.

Nos anos setenta e oitenta houve um crescimento e fortalecimento de distintos movimentos sociais, políticos e culturais em Salvador, notadamente os que se empenharam em construir e promulgar uma identidade negra afro-brasileira. Agier (1995) estima que até 1995 havia 30 grupos carnavalescos e culturais negros, entre afro-blocos e afoxés, com um estimado de 20.000 membros, além de outros grupos de dança e teatro; havia em torno de 2.000 casas de candomblé; uma dezena de grupos de mobilização política, algumas das quais membros da CENBa (Conselho das Entidades Negras da Bahia); muitas escolas de capoeira; e muitas associações profissionais e sindicatos com uma presença negra marcada. Dez anos mais tarde, esses movimentos continuam atuantes e crescentes, com algumas modificações. Em 2005, por exemplo, os autodenominados “quilombos educacionais” – os cursinhos pré-vestibulares para negros – ocuparam um papel importante, incorporando os jovens negros ao movimento pró-negro e pressionando as instituições de educação superior a instaurar uma política de cotas para negros. Os quilombos educacionais levavam a cabo a campanha a favor das cotas para estudantes negros na Universidade Federal da Bahia (UFBA) liderados pelo Instituto Steve Biko<sup>7</sup> e pelo Centro do Estudante Afro-brasileiro (CEAFRO), órgão ligado à Universidade Federal da Bahia<sup>8</sup>. As instituições governamentais estavam em vias de responder à pressão. Por exemplo, em 2005 havia uma Comissão de Reparação na Câmara Municipal, e no Ministério Público Estadual havia um grupo especializado em investigar crimes de racismo.

Segundo Agier (1992, 1995), o movimento cultural negro obedece a uma lógica de segmentaridade ao mesmo tempo em que exhibe uma tendência federalizante, o que tem sido notado também no caso do movimento em Ilhéus por Goldman, embora o último ressalte:

É importante observar novamente, contudo, que a “tendência federalizante” parece operar sobretudo quando os grupos têm que se relacionar com instâncias a eles exteriores, principalmente com o Estado.

Por outro lado, quando se trata das relações intergrupais, o princípio de segmentação parece operar com toda a força, ainda que este ponto seja raramente enfatizado pelos analistas. (Goldman, 2006, p. 137).

Agier chama atenção à tendência dos ativistas de participarem simultaneamente em diferentes grupos e movimentos: religiosos, profissionais, culturais e políticos e em seguida afirma: “In other words, the integration of the various components of the black milieu is, at once, political, ideological and relational.” (1995, p. 257). Nas suas vidas pessoais e públicas, podemos dizer, juntam as diversas modalidades de atividade, assim criando as condições para uma maior fluidez no nível de sistema, seja na direção separatista, seja na direção de formar e concretizar diversas alianças. Mas eu diria que não é bem uma relação de integração que está em jogo aqui. Ao examinar as vidas políticas das cinco ativistas feministas, revela-se que há um movimento de aproximação entre as brancas e as negras gerado pela aderência a uma ideologia feminista, e a participação conjunta num certo espaço político (a Fórum de Mulheres). No entanto, esse movimento de aproximação não supera a separação entre brancas e negras. Como veremos abaixo, a origem dessa separação é vista pelas próprias feministas como existencial, antes de ideológica ou relacional.

Para alguns militantes do movimento negro – sobretudo aqueles com maior inserção nos partidos de esquerda – a “tendência federalizante” não passa de cooptação, ao tomar a forma de repasse de recursos de órgãos governamentais controladas por membros da elite branca a entidades dos movimentos, por exemplo, alguns blocos negros. O processo parece revelar a relação neocientelista tida como característica da “política de cultura” de elites no Brasil e nos demais países latino-americanos (Alvarez; Dagnino; Escobar, 2000). No entanto, isso só valeria para as poucas entidades que atraíam recursos com êxito; a grande maioria, ao exemplo de muitos grupos feministas, não tiveram a oportunidade de desfrutar de apoio financeiro de peso, seja governamental ou não-governamental. De qualquer modo, a partir da perspectiva de sujeitos que têm uma inserção simultânea em diversos movimentos, sejam culturais, políticos ou profissionais, fica claro que uma tensão gerada pela dialética entre segmentação e aliança está presente também no seu dia-a-dia, o que o presente capítulo demonstra.

### **Mulheres Unidas?**

Em 2002 tratei de acompanhar as atividades de alguns movimentos políticos, por observação participante e por fontes secundárias. Passei a frequentar eventos públicos tratando de raça e gênero, notadamente a campanha para a ação afirmativa nas universidades públicas. O objetivo dessa participação era de contextualizar os temas tratados nas entrevistas e de aprofundar o meu entendimento (ainda amador) da política e dos movimentos sociais e culturais em Salvador. Frequentei, também, alguns eventos públicos organizados por feministas, um dos quais descrevo nesta seção.

Em 11 de maio de 2002, o Fórum de Mulheres de Salvador realizou uma Conferência Estadual de Mulheres Baianas (CEMB), na qual houve uma maioria de participantes negras. As cinco informantes estavam presentes. O Fórum de Mulheres é uma organização feminista cuja função histórica é articular diversos grupos de mulheres e feministas na cidade, entre os quais grupos universitários (NEIM, MUSA e GEM<sup>9</sup>); grupos participando de movimentos populares negros (UNEGRO, Coletiva das Mulheres do Calafate e outros); grupos de mulheres sindicalistas ou sindicatos (Sindoméstico); e o GLB (Grupo de Lésbicas da Bahia). O Fórum é também um ponto de contato para as articulações feministas nacionais. Dispondo de poucos recursos, contava até 2002 com a participação regular de um grupo pequeno de ativistas, sem ter uma coordenação formal estabelecida<sup>10</sup>.

De fato, o Fórum de Mulheres é uma articulação que se constitui de um modo oscilante, agindo com maior vigor em torno de certas datas, como 8 de março (Dia Internacional das Mulheres) ou 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra, data de comemoração do movimento negro). O núcleo histórico do Fórum inclui um grupo importante de mulheres socialmente brancas e de classe média, que são em geral profissionais liberais, ou pesquisadoras e professoras universitárias, posicionadas à esquerda no espectro político. Desde o seu início, é importante sinalizar, o Fórum inclui mulheres negras ligadas aos movimentos populares, notadamente Creuza Oliveira e Luiza Bairros. A influência do feminismo negro cresceu nos anos noventa, tanto que em 2005 o Fórum já se definia como uma "articulação feminista antirracista".

Historicamente, o Fórum de Mulheres teve um papel importante para a cidade de Salvador e no nível nacional. Na década de oitenta, algumas feministas começaram a reunir-se regularmente. Em 1983 chegaram a formar uma comissão, constituída por diversos grupos, incluindo Brasil Mulher e o MNU. Elas se definiram como uma “articulação”, com o nome de “Fórum de Mulheres”, em 1987. A Creuza Oliveira e a Adna Aguiar foram fundadoras do Fórum. Nesse período o grupo já participava, de um modo intensivo, nas atividades que anteciparam a criação da nova constituição federal, o que ocorreu em 1988. A Constituição contém muitas das propostas desse grupo.

Além de multirracial, o Fórum é uma organização suprapartidária. A maioria das feministas em Salvador, no entanto, tem uma atuação, ou mesmo uma inserção, em partidos políticos, geralmente de esquerda. Esse entrelaçamento vem marcando a história do movimento na Bahia, e algumas feministas tornaram-se políticas conhecidas, como Maria do Carmo, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Lídice da Mata, prefeita da cidade no começo da década de 1990.

Em 2002, algumas mulheres negras ligadas ao PT, ao PCdoB e ao movimento negro tomaram a frente na organização da Conferência Estadual de Mulheres Baianas (CEMB), evidenciando uma estratégia política de ocupação de uma esfera pública já estabelecida por grupos feministas. Essa estratégia não é nova: por um lado, existe, no PCdoB, uma prática de partidarização dos movimentos sociais; por outro, os militantes do Movimento Negro Unificado (MNU) estão inseridos na política partidária. De fato, o Fórum de Mulheres, criado como uma articulação feminista, é um dos pontos de projeção para mulheres do movimento negro com inserção nos partidos de esquerda. Quando o Fórum organiza eventos públicos, atrai as ativistas do movimento negro ligadas ao PT e PCdoB. Desse modo, pode-se dizer que existe uma articulação entre os partidos políticos e movimentos negros e feministas em Salvador porque as feministas “históricas” do Fórum permitiram a ocupação do seu espaço, mesmo preocupando-se com o impacto dessa ocupação sobre a agenda feminista “tradicional”. No entanto, as regras dessa articulação eram pouco definidas e, de acordo com uma informante com longa participação no movimento

feminista de Salvador e outras militâncias, havia uma certa tensão entre feministas brancas e feministas negras ligadas aos partidos de esquerda. Essa tensão não chegou a causar uma rixa pública explícita, mas era, não obstante, muito palpável. Uma informante não negra que apoiava o combate ao racismo travado pelo movimento negro, por exemplo, me confessou que certas militantes negras a tratavam com frieza, como se sentissem alguma hostilidade por ela, decorrente da sua condição de “socialmente branca”. Goldman (2001), ao discutir as alianças marcadas por tensão, comenta:

[...] como observa Cunha (1998:231-232) [...] as formas de organização baseadas na “identidade” tendem a escamotear tensões e diferenças internas bem como, eu acrescentaria, a apresentar, simultaneamente, uma maior maleabilidade no que diz respeito a alianças com forças políticas de outra ordem. (Goldman, 2001, p. 58).

No caso relatado aqui, não há como camuflar as diferenças, que integram a construção de uma nova identidade de “feminista antirracista” que não está ligada a um determinado tipo de sujeito, apenas a uma posição ideológica e política. Os próprios sujeitos, ao falarem sobre suas trajetórias pessoais e políticas, se concebem como distintos entre si, como veremos no que segue.

\* \* \*

Muitas militantes negras se veem como feministas. Esse é o caso de Creuza Oliveira, presidente do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas na Bahia (Sindoméstica) e, em 2004, candidata do PT a vereadora em Salvador pela quarta vez (não foi eleita, mas obteve mais de 4.000 votos). Fundadora do sindicato, Creuza tem uma longa participação na luta por melhores condições de vida para mulheres de baixa renda, situação que ela própria conhece muito bem, uma vez que, desde os nove anos de idade, trabalhou em “casa de branco” por mais de vinte anos. Foi alfabetizada apenas quando adulta e conseguiu, ao longo do tempo, completar o antigo primeiro grau com aulas noturnas. Segundo Creuza:

Eu acho que feminista é aquela que luta pelos seus direitos. Nós mulheres queremos direitos iguais, não é? Nós não queremos ser mais do que o homem, nem diferentes. Então, quando a gente está dentro

de uma luta, lutando por melhores condições de vida, de trabalho, de dignidade, e pela nossa emancipação, nós somos feministas.

Em seguida, Creuza abordou as nuances das tensões e das diferenças entre as feministas brancas e as negras, sem omitir a necessidade da solidariedade e da aliança:

Claro que essa relação do movimento feminista elitizado deixa muito a desejar no caso de nós, trabalhadoras domésticas, ou mulheres negras da periferia, lavadeiras, biscateiras e tal. Todo mundo sabe que o Movimento Feminista é elitizado, as pessoas que estão mais no movimento, ou seja, são mais reconhecidas, mais acadêmicas, pessoas ligadas a pesquisas, essas coisas todas. Mas a gente sabe muito bem que a luta da mulher tem que se dar em todos os cantos. Hoje, a gente sabe que existem “mulheres” e “mulheres”, não é? A gente sabe que existe a opressão e a dominação, mas tem diferenças, são diferenciadas, não é isso? A opressão que a mulher branca sofre, não é a mesma que a mulher negra sofre. A opressão que uma mulher negra acadêmica sofre não é a mesma que uma mulher negra trabalhadora doméstica sofre, existem essas diferenças, até por uma questão de poder aquisitivo, pela questão da consciência.

Creuza utiliza vários conceitos importantes nesse depoimento, focalizando, sobretudo, as distintas experiências de vida das mulheres negras pobres, de um lado, e das mulheres brancas da elite intelectual, de outro. Todas tiveram a experiência de estarem submetidas a posições inferiores em relações assimétricas (o “patriarcado”, para usar uma expressão feminista), mas as experiências vividas – os sofrimentos - foram de natureza diferente. A ênfase incide sobre o processo que podemos chamar “a formação de subjetividades distintas” ou, nos termos de Creuza, a “consciência”. Ela observa que a diferenciação não se dá apenas entre negras e brancas, mas tem uma dimensão de classe, claramente observada - ou seja, há diferenças entre as negras também.

Creuza lança mão, aqui, de outro conceito, que traduzo como “a posição estrutural do sujeito”, também derivada de seu poder aquisitivo. No mesmo depoimento, ela se detém com mais detalhe sobre esse tema:

Quando tem esses encontros de mulheres feministas, juntam-se todas. Mas a organização das mulheres negras tem se dado separadamente das mulheres brancas, não é? A mulher branca teve, primeiro do que as mulheres negras, o direito ao voto. As mulheres brancas têm tido

mais espaço nos espaços de poder, mais que as mulheres negras. Se as mulheres eram oprimidas naquela época dos anos 50, 60, 40, as mulheres negras muito mais.

Aqui, Creuza continua lembrando a diferença entre as histórias particulares dos dois tipos de sujeitos, as experiências que moldaram “consciências” distintas; introduz, contudo, outros três conceitos: primeiro, o de uma esfera separada de poder, associada à política formal; segundo, o de uma hierarquia social, caracterizada por relações de opressão dadas em graus distintos; e, terceiro, o da natureza estrutural e histórica dessa opressão. A implicação é que a experiência subjetiva se enquadra em uma estrutura social de longa duração, sendo moldada por esse englobamento. Creuza prossegue, retornando às diferenças entre as duas categorias de mulher e às difíceis relações entre elas:

Então, essa luta das mulheres negras, ela é muito mais... gritante! E há momentos em que eu acho que tem de estar mulheres negras e mulheres brancas, discutindo. Mas dizer que é igual, que as necessidades da mulher branca são as mesmas da mulher negra? Não, é diferente, é diferente. Então, a gente vê que é necessária essa união das mulheres, que as mulheres têm que ser mais..., não é bem parceira.... As mulheres têm que ser mais solidárias umas com as outras!

No final da fala, pode-se observar que a relação entre feministas brancas e negras não é fácil, mas é dinâmica. Ela é vista como “em construção”, pois remete para a frente, não apenas para o passado. Creuza enfatiza a necessidade de solidariedade e, de fato, no passado, houve episódios de solidariedade. Para as feministas não-negras, é importante que mais mulheres cheguem ao poder, independente de sua cor<sup>11</sup>. O próprio processo de organização da CEMB de 2002 evidencia um reconhecimento, por parte das feministas brancas, da necessidade de união. O panfleto do Ya-Mim, acima citado, anunciava o apoio da AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras), entidade nacional não restrita a membros de uma ou outra cor<sup>12</sup>.

A situação em Salvador parece refletir um movimento nacional de aproximação entre as feministas históricas, em sua maioria não-negras, e as feministas negras - movimento que se traduz em um novo formato ideal. A CEMB fez parte de uma série de conferências estaduais, financiadas em primeira instância com recursos obtidos pela AMB

com o objetivo de elaborar uma plataforma política feminista nacional, a ser discutida e votada posteriormente na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB)<sup>13</sup>. A AMB solicitou às mulheres de cada Estado que discutissem uma versão preliminar dessa plataforma política, adicionando complementos, acréscimos e sugestões<sup>14</sup>.

A “plataforma” divulgada pela AMB, e discutida durante a sessão da tarde da CEMB, demonstra um cuidado, anteriormente não observado na produção ideológica feminista nacional, para com a questão da discriminação racial. Sob o título “70 anos de voto feminino: da conquista formal à transformação radical”, o documento esboça uma impressionante análise da desigualdade social (racial, de gênero e de classe), reivindicando os direitos humanos, incluindo os direitos reprodutivos. A plataforma abrange temas globais, como o neoliberalismo e a desigualdade social, não se limitando aos temas feministas tradicionais, que aparecem concentrados em duas seções do documento<sup>15</sup>.

A atenção à questão de raça perpassa o documento. Na rubrica 4 (Democratização da Vida Social), o primeiro item é “o mito da democracia racial” que, segundo as autoras, funciona para manter e reproduzir a desigualdade social, assim como o mito da liberdade sexual funciona para manter a desigualdade de gênero. O cartaz e os panfletos de divulgação da CEMB tinham o mesmo título do plataforma: “70 anos de voto feminino: da conquista formal à transformação radical”. Ironicamente, contudo, ostentavam imagens que veiculavam os elementos simbólicos básicos da noção de democracia racial<sup>16</sup>: a defesa da diversidade (apoiada pela Plataforma Feminista) se manifestava como apoio não intencional ao mito!

No dia do evento, algumas centenas de mulheres de diversas regiões do Estado da Bahia, e de todas as classes sociais, lotaram o auditório de uma faculdade particular, a Faculdade Visconde de Cairu, no centro de Salvador. Pela manhã, houve uma mesa-redonda com quatro conferencistas, duas das quais eram conhecidas militantes negras: Luiza Bairros, da UNDP (United Nations Development Programme), acadêmica e militante do MNU-Bahia, e Vânia Santana, que ocupava um cargo na administração de Benedita da Silva no Estado do Rio de Janeiro. As conferencistas falaram sobre alguns dos temas

da plataforma, destacando os pontos relacionados ao combate contra o racismo e à conquista de poder político pelas mulheres. Na discussão que seguiu às palestras, houve intervenções de outras feministas e ativistas negras, como a Vilma Reis, do CEAURO; e Jussara Santana, de um grupo que ela denominava "Coletivo de Mulheres". Algumas eram também militantes na política partidária, como Olívia Santana, do PCdoB e da UNEGRO. O tema "combatendo racismo" foi o principal do dia: temas feministas tradicionais, como a necessidade de combater a violência de gênero, foram mencionados, mas o debate centrou-se na questão da "reparação", especificamente na ação afirmativa e na adoção de cotas para negros em instituições estaduais e nacionais.

### **Mulheres Divididas?**

No processo que as ativistas poderiam chamar de "formação de subjetividades negras", destaca-se o poder simbólico do emprego doméstico, ou melhor, a vivência pessoal da associação entre as categorias "preta" e "empregada". Durante a CEMB, Jussara levantou-se e chamou a atenção da audiência para a questão da vivência pessoal. Jussara, que se declara feminista, tem a pele escura e adota um estilo afro-baiano. O "Coletivo de Mulheres", de que ela é militante, é um pequeno grupo com sede num bairro de baixa renda. Técnica em enfermagem, ela ingressou no funcionalismo público estadual por meio de um concurso. Apresenta-se como "cientista", como faz outra ativista, Vilma Reis, que é socióloga de formação. Embora receba um salário fixo razoável, Jussara se identifica como mulher de baixa renda, distinguindo-se das intelectuais e universitárias negras. Teve, além disso, uma participação no movimento cultural negro do Pelourinho, formando uma banda feminina de reggae (de acordo com ela, a única em Salvador). Em 2002, ainda morava no Pelourinho, mas por pouco tempo, uma vez que o governo do Estado promovia um processo de expulsão dos moradores do bairro, em nome de sua revitalização. Seu companheiro, pai de seus dois filhos, é músico de reggae (categoria de baixo prestígio, do ponto de vista dos militantes negros intelectuais e de classe média<sup>17</sup>).

No debate matinal da CEMB, Jussara fez uma intervenção sobre ações afirmativas, lembrando a difícil luta das mulheres negras para sair da posição social a elas atribuída e falou, em particular, da vida

de sua própria mãe. Mais tarde, me apresentei e pedi uma entrevista, realizada algumas semanas depois. Nessa entrevista, ela começou justamente falando da mãe, que era empregada doméstica:

Minha mãe, que é uma mulher analfabeta, mãe de 13 filhos, passou para nós o seguinte: a gente nasceu mulher e se fez feminista, porque ela ensinava que não era para abaixar a cabeça, que não era por sermos negras que a gente tinha que aceitar certas coisas. Até mesmo porque ela trabalhou muito de empregada doméstica e ela dizia: “Eu não quero que vocês sejam empregadas domésticas, sofre muito; eu quero que vocês estudem e tenham uma profissão, mas não trabalhem em casa de branco”.

Note-se que, nesse depoimento, Jussara liga a opressão da mulher à opressão racial por meio da experiência vivida de ambas. Essa experiência é única, sofrida como uma só. Todas as outras ativistas negras que entrevistei cresceram junto com familiares que eram empregadas domésticas, o que significa que, desde a infância, incorporaram, como parte central de seu mundo vivido, a associação entre a categoria “mulher como a minha (mãe ou tia)” e a categoria “empregada”.

As ativistas começaram a trabalhar bem cedo, a exemplo de Ubiraci. Sua mãe faleceu quando ela tinha onze anos, o que a obrigou a trabalhar como empregada na adolescência. O pai abandonou a ela e a seus onze irmãos, mas Ubiraci largou o emprego porque a patroa não permitiu que continuasse a estudar. A mãe de Olívia Santana também era empregada doméstica e sentiu-se feliz quando a filha começou a trabalhar, com carteira assinada, como faxineira em uma escola. Olívia completou o antigo segundo grau e foi aprovada no vestibular, mas “não houve festa”: sua mãe opunha-se a seu projeto de vida e achava que ela não podia abandonar um bom e seguro emprego para passar tantos anos estudando. Se, finalmente, Olívia se formou em pedagogia, Ubiraci não teve a mesma sorte: foi aprovada no vestibular de medicina mas, por falta de apoio, não pôde estudar, acabando por se formar como auxiliar de enfermagem.

Ana Célia Silva, outra conhecida militante no Movimento Negro de Salvador, foi fundadora do MNU-Bahia e é professora da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Sua mãe era lavadeira até os onze anos de idade e, a partir de então, empregada até se casar. Conta Ana Célia:

[...] minha mãe achava que nós éramos muito pobres e que não podíamos estudar, não tínhamos dinheiro. Inclusive, quando soube que eu tinha passado na admissão [do antigo ginásio], quis me bater; eu corri e foi meu pai que me deu apoio, dizendo “não, deixe, eu compro o uniforme dela”.

Uma feminista branca – ou qualquer pessoa branca – dificilmente entenderia o significado dessas experiências para uma feminista negra. Para Creuza, o comportamento cotidiano das feministas brancas é prova disso:

No meu caso, eu faço parte de uma categoria de trabalhadoras domésticas. Muitas vezes as mulheres feministas, que estão lutando por melhores condições de vida e de trabalho, oprimem essa outra mulher, que é a mulher negra que é a empregada na casa delas, não é? Ela passa a ter uma postura machista, de dominação, com essas mulheres que prestam serviços nas casas. Algumas companheiras, quando eu falo isso, dizem que não. Umas companheiras do X [uma entidade acadêmica feminista<sup>18</sup>] já me disseram: “não é bem assim, acho que você não pode dizer isso”. Mas é isso! Mas é isso! Porque uma companheira que está no movimento feminista lutando por direito à igualdade, direito ao sexo, direito ao aborto, direito à gravidez, à maternidade e, de repente, a mulher que está na casa dela não pode engravidar, não pode namorar, não pode estudar, porque tem que ficar com os filhos dela para ela poder sair para militar, sair para fazer o doutorado dela.

A ênfase de Creuza, nesse depoimento, incide sobre duas diferenças entre negras e brancas: a experiência de vida e a posição social. Reconhecendo a necessidade de solidariedade entre mulheres de todos os tipos, dirige um olhar cético para a política doméstica das “feministas elitizadas” (brancas). Faz referência àquelas que praticam o “machismo”, por não concederem plenos direitos às suas empregadas e, portanto, por não democratizarem as relações domésticas. Do ponto de vista de uma mulher negra, Creuza sugere, há uma fusão entre racismo e machismo, ou seja, a diferença de raça é simultaneamente constituída com a diferença de gênero nas práticas sociais do domínio privado. Nesse ponto, ela conduz para um plano mais analítico a fusão das opressões raciais e de gênero na experiência já apontada por Jussara.

Para Creuza e outras informantes, a história do vir-a-ser das subjetividades a partir da participação passada e presente em relações sociais marca os dois estilos de feminismo. Cada estilo é ligado à formação de

um tipo distinto de subjetividade: nas palavras de Creuza, “branco e elitizado”, de um lado, “negro e empregada doméstica”, de outro. No discurso do movimento negro, a noção de “conscientização” – o abrir os olhos para a condição de ser negro – é corriqueiro para tratar desse processo e está presente em toda as entrevistas Ferreira da Silva, 1998). O processo de formação da subjetividade é visto como sujeito a muitas influências e contingências. Olívia, por exemplo, se motivou a fazer o vestibular para pedagogia na UFBA por influência de uma amiga de um grupo espírita que frequentava. Foi aprovada logo na primeira tentativa e, na universidade, começou a se interessar por temas políticos. Jussara conta que começou a frequentar o Pelourinho, onde se encantou com as manifestações culturais negras, quando tinha pouco mais que vinte anos, após se formar como enfermeira, aproximando-se assim do mundo do reggae.

Creuza não teve essas oportunidades: não podia sair da casa da patroa, exceto aos domingos de tarde, quando era liberada. Certo dia, quando escutava o rádio enquanto lavava roupa na casa da patroa, ouviu uma política falando de um grupo de empregadas domésticas que se reuniam no Colégio Vieira, uma conhecida escola particular jesuíta. Ela começou a frequentar as reuniões semanais, mentindo para a patroa ao dizer que ia à missa. Os padres e professores do Vieira, que organizavam o grupo, forneceram um importante meio de encontro para as empregadas e entre estas e os movimentos sociais. O MNU foi a primeira organização a fornecer apoio técnico ao incipiente sindicato, ajudando a escrever projetos e a obter aconselhamento por parte de advogados - mas o impacto foi mais que logístico.

Creuza é uma pessoa simpática e carismática, de pouco mais de quarenta anos. No momento da entrevista, usava os cabelos trançados, estilo que adotou após seu contato com o movimento negro, um dos momentos chave de sua vida. Ela conta que, além desse contato, outro momento chave acontecera também em 1985. Naquele ano, teve a primeira experiência de participar de um congresso nacional de trabalhadoras domésticas. Ver tantas pessoas com quem podia se identificar reunidas, discutindo os mesmos problemas, causou um impacto muito grande e afetou seu desenvolvimento pessoal. O segundo

momento aconteceu ao conhecer os militantes do MNU: ao vê-la falar, Creuza se impressionou com o carisma e a beleza de uma intelectual e militante negra, Luiza Bairros - experiência semelhante à de Ana Célia, que participou da fundação da seção baiana do MNU após ver Lelia Gonzales fazer uma palestra em Salvador, em 1978<sup>19</sup>. Gonzales é uma das figuras mais importantes na história do feminismo negro no Brasil. O impacto de seu discurso e de sua pessoa – sua linguagem corporal e a maneira de se expressar – sobre os jovens negros que a conheciam era forte: “Ela era nossa porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU e o racismo que impedia nossa plena inserção no movimento de mulheres” (Bairros, 2000, p. 43).

Para uma empregada doméstica, sem experiência de ver outras mulheres negras assumirem posições de liderança ou dominarem o linguajar dos “doutores”, a impressão causada por esse tipo de encontro deve ter sido ainda mais forte. Perguntei a Creuza sobre a importância do MNU em seu crescimento, tanto pessoal quanto no sindicato, e ela respondeu:

Bom, para mim, a minha participação foi uma coisa fundamental. Eu não sei se não tivesse o MNU, se eu teria essa consciência que eu tenho hoje. Aqui no Brasil, ... principalmente aqui na Bahia, ... existe a questão racial muito profunda. A questão não é só classe, mas é raça e classe. Essa questão da raça foi para mim fundamental. E naquela época, eu tinha vergonha do meu cabelo, eu não tirava o lenço da cabeça. Eu me achava feia, não só eu mas todos os negros eram feios. Sempre foi colocado isso na minha cabeça desde a infância, bonito era o branco e tal. Eu fui crescendo com essa coisa de inferioridade. A partir do momento que eu conheci o MNU, Luiza Bairros, eu disse: “Que mulher bonita!”, aquele cabelo que ela usa bonito, aí tive curiosidade de participar do Movimento Negro, aí comecei a participar. Então [com] a participação do congresso [1985], mais a participação do Movimento Negro, eu comecei a resgatar a minha autoestima... ... Aí pronto, hoje eu sou essa pessoa que me acho bonita, inteligente, sei que sou capaz como todos os negros e negras são, sou bonita tanto quanto quem é de outra raça seja índio ou branco!

As feministas brancas da geração de Creuza (nascidas na década de 1940 ou 1950) sofreram processos semelhantes de crescimento e transformação. Não tiveram, contudo, que lidar com as perturbadoras emoções causadas pela atribuição, por parte de outros, de uma feiúra

racial nata, as imagens de que uma menina negra nasce com o corpo, o rosto e os cabelos feios quando comparados com o corpo, o rosto e os cabelos de uma menina branca. Tampouco tiveram que resistir tanto à expectativa de que ocupariam, necessariamente, o lugar mais baixo da hierarquia social. Evidentemente, *todas* as informantes cresceram com a expectativa de que se casariam e teriam filhos, com a possibilidade de se retirarem do mercado de trabalho e da esfera pública. Nas duas gerações anteriores, a das suas mães e avós, havia uma forte pressão nesse sentido, e muitas tiveram que se contentar com o papel de dona-de-casa após o casamento.

No que diz respeito às relações internas ao lar, havia nítidas diferenças entre as expectativas das mulheres brancas de classe média e as expectativas das mulheres negras. As primeiras tomaram como natural o fato de que, caso casassem e tivessem filhos, ocupariam o papel de “patroa”. As mulheres negras sabiam que a expectativa era de que seriam empregadas. As expectativas refletiam uma maneira peculiar de conceber a família. A família normativa era pensada como branca. As negras tinham um papel periférico, de apoio a essas famílias normativas. Ainda hoje, no linguajar corriqueiro de Salvador, a expressão “casa de família” tem uma conotação forte de cor, podendo ser substituída em alguns contextos discursivos por “casa de branco”.

A relação das informantes brancas com as empregadas era estreita, vivida dentro do lar e, muitas vezes, afetuosa. Adna Aguiar, por exemplo, que se diz “socialmente branca”, dependia diretamente de suas empregadas durante a infância e a juventude - talvez mais do que outras jovens moças de classe média, porque contraíra paralisia infantil muito jovem, só voltando a ter a capacidade de se locomover, com dificuldade e usando um aparelho, na adolescência. Passou um ano em tratamento no Rio de Janeiro, na companhia de uma empregada que a acompanhara desde a Bahia e que ela descreve como “negra, de confiança absoluta”. As duas andavam juntas, conversando, conhecendo a cidade, a empregada empurrando sua cadeira de rodas. Adna conta que foi uma experiência formativa, embora fisicamente difícil, uma vez que a cirurgia foi dolorosa e complicada. O tempo passado por ela no Rio de Janeiro teria despertado um novo olhar para as questões de

gênero: conheceu outros modos de ser mulher ao, por exemplo, visitar um prédio habitado por divorciadas e amantes de homens casados que moravam sozinhas; conheceu homossexuais que, na época, conta ela, frequentemente se mudavam para o Rio, onde eram menos visíveis.

A luta de Adna em sua volta a Salvador foi dupla: estabelecer-se como mulher profissional independente e afirmar seu direito de ser mulher, no sentido amplo. Com a ajuda da família e de seu círculo de sociabilidade, concluiu os estudos, ingressando na universidade e sendo aprovada em um concurso para fiscal do trabalho. Não pôde, entretanto, assumir o posto, sendo impedida de fazê-lo em função de sua condição física. Foi a primeira grande discriminação que sofreu, o que nela causou um impacto muito forte. Felizmente, tornou-se procuradora do trabalho e passou, também, a advogar, adquirindo, assim, independência face à sua família. Foi nesse momento que se sentiu livre para desafiar a opinião de que, sendo portadora de um defeito físico, não podia namorar, casar ou ter filhos. Nos anos subsequentes, namorou, casou-se, separou-se e manteve casos, vivendo uma vida social plena – até mesmo, conta com felicidade, brincando carnaval na avenida.

Para as feministas negras, a vivência desse aspecto de constituição do gênero, por meio de relações afetivas, sexuais ou reprodutivas, é problemática. A ascensão social, caracterizada pela entrada na classe média como intelectual e ativista, talvez contribua para dificultar uma convivência tranquila com o parceiro. Jussara é a única ativista que não relatou dificuldades em seu casamento, aparentando viver bem com o parceiro e os filhos. São vários os motivos dessas dificuldades de relacionamento, entre eles a intensa atividade e os sacrifícios exigidos pelo engajamento político. No entanto, o sexismo e o racismo dos homens – incluindo os ativistas e militantes negros - é outro fator muito mencionado nas entrevistas. Uma informante assim colocou a questão:

Nós, mulheres negras, hoje, sofremos muito a solidão. Em particular as mulheres militantes. Nós estamos sozinhas, literalmente sozinhas. Nós, negras militantes, temos assim uma solidão terrível! Tanto faz os homens negros, como os homens brancos, eles não se aproximam da gente para uma relação mais permanente, para a reprodução, para participar como companheiros.

A trajetória afetivo-sexual e reprodutiva das informantes é complexa e exigiria outro artigo. Os relacionamentos passam por outros conflitos e tensões, não apenas aqueles claramente atribuídos a condições físicas, com relatos, por exemplo, sobre maridos violentos e companheiros traidores. Quanto à cor dos parceiros, como a dos amigos e colegas, esses nem sempre são negros. Algumas informantes tiveram relações amorosas - desde paqueras até casamentos - com brancos, mas há uma tendência, cada vez maior, a preferir homens negros, o que resulta, segundo uma das informantes, “da atração física mesmo”. O que pretendo aqui sublinhar, contudo, é que as feministas negras fazem uma ligação explícita entre a dificuldade em encontrar um parceiro fixo, o difícil ritmo de vida imposto pelas atividades políticas e de militância e, sobretudo, o leque de valores negativos associados à mulher negra em Salvador e no Brasil.

Em Salvador, uma mulher branca não sofre com os mesmos preconceitos que sofre uma mulher negra. Possuir pele clara e cabelo liso (“bom”) já oferece uma vantagem no cenário de namoros e casamentos; pertencer a uma família de prestígio, de classe média alta, fornece um capital simbólico ainda maior a uma jovem - e esses são fatos comentados em todas as entrevistas. Ainda assim, vale a pena ressaltar que uma pessoa que sofra com estigmas e preconceitos ligados à sua aparência ou de qualquer outro tipo, pode ser capaz de driblá-los, como fizeram Adna ou Olívia, que já foi casada com um branco de classe média.

Adna não podia se imaginar fisicamente “normal”, mas afirma que nunca se sentiu discriminada ou infeliz durante a infância. Ela conta que sua família pertencia à classe média alta de uma pequena cidade rural, Acajutiba, litoral Norte do Estado da Bahia “quase na divisa com Sergipe”:

Era uma boa vida porque minha família é da classe média alta da cidade, da região e eu tive uma infância muito rica em experiências. Por conta de ter tido pólio com dois anos de idade, eu tinha uma limitação física e isso me propiciou muito cedo o manuseio dos livros.

Adna não teve, portanto, uma infância sofrida e participou da vida social intensa de sua família e do mundo em seu redor. Ela conhecia bem a cozinha, onde preparava comida sob os olhos da mãe e das empregadas:

Era uma família de raízes rurais, então tive que participar do convívio da cozinha, porque a cozinha era o centro social da casa. Muita gente ia do interior, das fazendas, das cidades pequenas. Aquelas mulheres, as cozinhas eram geralmente grandes, com fogão de lenha e aí eu sempre via as cozinheiras fazendo aquele movimento.

As empregadas a transportavam nos braços para a escola quando era pequena. Mais tarde, quando a família se mudou para Esplanada, em Sergipe, o pai passou a levá-la de bicicleta. Adna cursou o antigo ginásio em Salvador, onde aprendeu outro estilo de lidar com as diferenças sociais:

Era a Congregação das Irmãs do Menino Jesus, e eu comecei a ler pelos livros sagrados. Aí, nesse colégio de freiras, elas eram muito humanistas, então elas pregavam as questões sociais, pregavam o evangelho, sem aquela coisa do pecado. Elas se centravam na solidariedade, na fraternidade, e aí tudo era feito para facilitar a minha inclusão. As salas de aula eram no térreo, tudo era no térreo. Quando eu tinha que subir as escadas, minhas colegas me levavam. Era um colégio assim, que abrigava diversidades. Elas davam muitas bolsas<sup>20</sup>. Ficava ali na Barão de Cotegipe e tinha um alcance de trazer adolescentes do subúrbio ferroviário, com bolsas, que não pagavam. Então, lá nesse colégio, eu tive oportunidade também de conviver com a diversidade. A classe média que circulava por ali naquela região [nos Mares<sup>21</sup>], estudava lá nesse colégio.... mas também as pessoas pobres do Uruguai, do Jardim Cruzeiro, do subúrbio Ferroviário [todas áreas da cidade baixa vizinhos aos Mares], gente de cor - preto ou não, estudavam lá. Então a gente, na sala de aula, a gente tinha essa oportunidade de se dar com pessoas da raça negra.

Adna fez amizades com as novas colegas, que passaram a estudar com ela em sua casa. Ela observa que essas muitas experiências marcaram sua relação com a diversidade racial. Nada disso resultou, contudo, na apropriação, para si mesma, da categoria "branca": Adna se reconhece como "socialmente branca", preferindo, não obstante, designar-se "amarela", em referência à sua ascendência indígena, para a qual apresenta como prova suas feições de olhos puxados, assim como seu cabelo escuro e liso. Encontrei a mesma relutância em designar-se simplesmente como "branco" entre outros ativistas não-negros que apoiam a luta contra o racismo. Juca Ferreira (Juca do PV), por exemplo, se descreve como socialmente branco, mas de origem misturada. Notei, também, uma certa impaciência das militantes negras com esse

tipo de postura: no final da entrevista que realizei com Ubiraci, ela me perguntou de que cor eu me classificava e, ao perceber que eu hesitava na resposta, virou-se para um colega do partido (branco) e comentou: “Está vendo? Não quer assumir que é branca!”.

Adna se aproximou do movimento negro por intermédio de seu trabalho feminista e de defesa dos direitos humanos:

Em 1989, comecei na Comissão da Mulher Advogada e aí diretamente dentro do movimento de organizado de mulheres. Depois da Constituinte de 1988, tinha que organizar a Constituição Estadual da Bahia e, em seguida, as leis orgânicas. Então, eu, como presidente da Comissão da Mulher Advogada, tive um papel interessante porque eu era coordenadora do Fórum de Mulheres do Estado da Bahia, para formular a Constituição Estadual. Então, nós discutimos e elaboramos uma carta das mulheres constituintes baianas. Quando a gente organizou a pré-constituinte estadual foi que se deu a minha aproximação com o movimento negro. Primeiro, com as mulheres negras e, depois, com o movimento negro em si através dessas instâncias, principalmente o MNU e o UNEGRO. As mulheres do movimento negro de Salvador, muito combativas, com formação universitária, com muita clareza da questão racial e da condição de discriminação por ser mulher e por ser negra. Então veja, como a minha proposta era também contra a discriminação da mulher e como tinha mulher negra, então houve uma aproximação muito grande com a questão racial como um todo, e daí eu participei de muitos encontros, muitas propostas e muitas reuniões do movimento negro especificamente, mas na ótica dos direitos humanos, voltados e aprofundados para a questão racial, homem e mulher negra.

A década de 1980 foi um período de intensa atividade: além da militância no movimento das mulheres, Adna teve um papel importante na OAB, participou do movimento Diretas Já e da Constituinte nacional, nunca deixando de trabalhar como procuradora do trabalho no Ministério Público e de advogada, inclusive no interior do Estado. Na década de 1990, Adna participou da Constituinte estadual, decidindo, então, ingressar na política partidária formal, ao lado de outras militantes:

Em 1992, o movimento de mulheres, a gente, decidiu a importância de termos mulheres nas instâncias políticas, e eu fui candidata a vereadora aqui em Salvador, quando a prefeita Lídice da Mata foi candidata, mas não consegui ser eleita. Foi um momento muito importante e nós achávamos importante porque trazia a questão da mulher para o debate e aí eu participei, me filiei ao Partido Comunista Brasileiro, depois sucedido pelo PPS. Essa passagem, assim, partidária, foi muito

importante, porque o partidão sempre propôs a formação de quadros, com avanços de conhecimento, e aí eu tive também a oportunidade de frequentar e discutir as questões com uma visão mais ampla.

Como as feministas do movimento negro, as feministas do movimento das mulheres tomaram a decisão de conquistar o poder político. Tentei mostrar aqui que, na avaliação das informantes negras, a decisão das feministas negras partiu de uma *perspectiva* específica e de um *lugar* distinto na hierarquia social simbólica e material. Tanto esse lugar quanto essa perspectiva são tidos como diferentes daqueles que estruturam o ativismo e as vidas das feministas brancas. Além de criar tensões entre feministas brancas e negras, essas diferenças marcaram as estratégias políticas delineadas para a esfera pública. Retornemos, então, à CEMB, a fim de examinar o discurso público, a retórica, das feministas negras, bem como as políticas por elas propostas, em especial no que diz respeito às políticas de ação afirmativa.

### **A retórica sobre a “posição” da mulher**

Adna chamava a atenção para o papel educativo dos partidos de esquerda em relação a seus integrantes - aspecto também observado por outros entrevistados, especialmente os que passaram pelo PC do B. A retórica política é marcada por elementos dos discursos sociológicos que informam as ideologias da esquerda ou do movimento negro. As entrevistadas descrevem como alguns conceitos e imagens desses discursos marcaram suas trajetórias subjetivas. Observemos, igualmente, que os elementos “ideológicos” que integram essa retórica não devem ser considerados “meramente discursivos”, uma vez que a utilização desses elementos deriva de momentos importantes nas biografias intelectuais e emocionais das militantes.

Em sua fala na CEMB 2002, Luiza Bairros tocou na relação entre o doméstico e o público, questão central para o feminismo. Acadêmica e intelectual, Bairros é uma conhecida militante do movimento negro, com longa atuação na Bahia, sendo uma das fundadoras do MNU no Estado. Nessa fala, Bairros observava que o racismo não se limita ao espaço “íntimo”, que ela definiu com a pergunta “você se casaria com um negro ou uma negra?”. Sustentou, ao contrário, que o racismo (e também o sexismo) está enraizado na história: o racismo é estrutural

e compõe as instituições de poder e a política brasileiras. Com essa perspectiva estrutural, contestava a atribuição da desigualdade, na plataforma da AMB, às políticas neoliberais do governo e à fase atual do capitalismo, enfatizando a *longue durée*, não o curto prazo. Historicamente, e ainda hoje, não há lugar para negros e mulheres nos poderes públicos, tese que vai ao encontro das indagações do panfleto do Yamim – Coletiva de Mulheres Negras, discutidas acima.

A partir dessas observações, Luiza Bairos fez uma viva defesa de uma política de reparação, sobretudo das ações afirmativas. Para ela, racismo e sexismo estão articulados, de forma a colocarem mulheres de cores diferentes em posições diferentes “na ampla matriz que nos oprime”: os brancos, queiram ou não, se beneficiam do fato de a sociedade ser uma sociedade racista. O racismo produz diferenças de oportunidade de vida e, assim, estrutura a sociedade brasileira. Luiza Bairos defendia, desse modo, a medida de cotas para negros nas instituições de prestígio e poder do país, como o Itamaraty e as universidades.

O tema das cotas surgiu com frequência nas outras palestras e nas discussões que as seguiram, e a maioria apoiou a inclusão da medida na plataforma. Olívia Santana - que, além de militante do PCdoB, é uma das lideranças da UNEGRO, ONG composta por pessoas de ambos os sexos que combate o racismo com diversos projetos -, por exemplo, falou a favor de cotas, mesmo discordando do argumento de Luiza Bairos de que as políticas neoliberais do governo não deveriam ser os alvos principais do combate à desigualdade. Para Olívia, como é de esperar de um partidário do PCdoB, a globalização e a dívida externa são questões chave, e as políticas de renda seriam mais importantes do que medidas como as cotas, que seriam, portanto, secundárias. De acordo com algumas informantes feministas de Salvador, o PCdoB faz essa mesma ressalva no que diz respeito às propostas feministas, pois coloca mais ênfase na reparação da desigualdade de classe do que na de gênero.

Diferenças de ênfase apareciam nas possíveis soluções propostas, mas não no problema mais importante, em torno do qual houve concordância: a feminização da pobreza no Brasil e a natureza “racializada” da pobreza feminina - tema também enfatizado por outra conferencista, Liège Rocha, da União Brasileira de Mulheres, que citou

estatísticas do Censo 2000. Em suma, o lugar da mulher negra foi o tema transversal na sessão da manhã.

A posição das feministas negras a favor das cotas não foi contestada pelas feministas brancas presentes, salvo um tímido protesto de alguém que se levantou declarando-se afro-descendente de aparência europeia - o que não agradou as feministas negras. A iniciativa das últimas acabou por vencer a antiga inércia das feministas brancas quanto às ações afirmativas a favor da população negra. Essa inércia não significa, entretanto, que todas desaprovem as cotas. Adna Aguiar, por exemplo, apoia a medida, ainda que aponte seus limites:

Cotas é uma coisa interessante. O deficiente físico tem cotas, mas se você olhar com alcance maior eu tenho algumas discussões acerca de cotas. Porque, por exemplo, o movimento de mulheres político, defendeu e conseguiu as cotas para as candidaturas. Eu acho importante, mas não só as cotas. Sabe por quê? Os partidos dão as cotas, mas não viabilizam as condições para a mulher se eleger, entendeu? Então, as mulheres, logicamente, não preenchem essas cotas todas. Nessas últimas eleições a gente está vendo a dificuldade deles conseguirem mulheres para se candidatarem. Por quê? Porque não oferecem recursos. Então, você bota cotas — é uma coisa que eu tenho que discutir — e, aqui na Bahia, eu acho que aqui em Salvador, nessa população enorme, se você capacita, se você dá instrumentos. Como eu disse a você, na minha história, se eu não tivesse todos os instrumentos que possibilitaram a minha formação educacional, o meu trabalho e tudo mais, eu não teria chance. Então, se não há oportunidade de educação pública para os menos favorecidos, que aqui em Salvador, por acaso, são os negros, então a cota é uma consequência.

Adna reconhece a importância de sua origem social para que obtivesse sucesso profissional - sucesso que Ubiraci não atingiu por falta desse apoio. A diferença entre Adna e Ubiraci não se resume, no entanto, a suas origens sociais contrastantes, nem às desvantagens acarretadas pela cor da pele ou por suas capacidades físicas (Adna nunca poderia ter se tornado auxiliar de enfermagem). Do ponto de vista de informantes como Creuza, a diferença fundamental jaz no efeito de todos estes fatores - e outros - no passado e no presente vividos das pessoas. Para ela, as experiências de vida levaram, *grosso modo*, ao surgimento de dois modos de apreender o mundo, nem sempre compatíveis, mas que possibilitam a união política na causa feminista e

em defesa dos direitos humanos, pois, como Adna também observou, a luta das duas categorias tem muito em comum. Diferenças entre as feministas negras também são observadas nas entrevistas – entre intelectuais e populares, políticas e culturais, assim como nas próprias ideologias políticas (marxista ou socialista, de direita ou de esquerda). O machismo dos militantes homens do movimento negro é visto como um problema sério, parte de uma série de fatores que diferenciam os ativistas segundo o gênero. No entanto, do mesmo modo que uma feminista branca pode ser aliada de uma negra, em certos momentos políticos da esquerda apoiam causas abraçadas por políticos da direita (por exemplo, em 2002, a proposta de introduzir cotas para negros gozava de apoio da esquerda e da direita também), e os homens são aliados políticos indispensáveis na luta para alçar mais mulheres ao

Cecilia McCallum

negra visível no contexto social existente. Daí o pouco entusiasmo de ativistas como Olívia, que acredita mais nas “políticas de renda” do que nas ações afirmativas.

A política de buscar lugares nos espaços de poder por meio do voto e das eleições parece fornecer mais chances para influenciar e alterar a composição da própria estrutura social, inclusive com os projetos da esquerda e das feministas. Nas eleições municipais de 2004, Olívia Santana foi eleita vereadora, vitória que assinalou sua saída definitiva do espaço simbólico reservado às mulheres negras na sociedade soteropolitana. Vitória que representou, também, um claro sinal de que um segmento da população anota as ideias e os valores

- <sup>5</sup> Em Salvador na época existiam algumas organizações de mulheres negras que se autodenominaram “o Coletivo de Mulheres” – o Coletivo de Mulheres do Calafate; Ya-Mim, Coletivo de Mulheres; Coletiva Ser Fêmea. A primeira é a mais conhecida e participava do Fórum das Mulheres.
- <sup>6</sup> As informantes aceitaram ser citadas, abrindo mão do anonimato.
- <sup>7</sup> O Instituto Steve Biko (de Salvador) foi fundado em 1992, por professores e estudantes afro-brasileiros. O site da entidade declara que o objetivo das suas atividades é de “fortalecer a luta contra a discriminação racial através de uma ação concreta: criar e oferecer as condições possíveis e necessárias para a ascensão social da comunidade negra de baixa renda. Para auxiliar nesse processo, vem desenvolvendo atividades buscando a reconstrução da identidade étnica, da auto-estima e cidadania dos afro-brasileiros em um contexto de formação política e educacional.” ([www.stevebiko.org.br](http://www.stevebiko.org.br) - site acessado em 11 de fevereiro de 2005).
- <sup>8</sup> O CEAfro é um programa profissionalizante e educacional de estudantes negros, do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA criado em 1995.
- <sup>9</sup> Neim – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (UFBA); MUSA - Programa de Estudos em Gênero e Saúde (ISC/UFBA); GEM - Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher (UFBA).
- <sup>10</sup> Em 2005 estava em expansão, e uma coordenação tinha sido estabelecida.
- <sup>11</sup> De fato, as candidatas negras, como Creuza ou Antônia Garcia, receberam apoio de feministas brancas. No entanto, sem uma investigação sobre a perspectiva das “feministas brancas elitizadas”, não posso ir além dessas observações algo preliminares.
- <sup>12</sup> Também recebeu apoio da CESE e da FASE/RJ.
- <sup>13</sup> O CNMB se realizou em Brasília algumas semanas após o CEMB.
- <sup>14</sup> Disponibilizada na Internet pelo site [www.articulacaodemulheres.org.br](http://www.articulacaodemulheres.org.br)
- <sup>15</sup> O documento está dividido em cinco temas abrangentes: 1. Da Democracia Política (os desafios: equidade de gênero, raça e étnica; a garantia de condutas éticas; o prevailecimento dos direitos humanos universais); 2. Do Estado Democrático e Justiça Social (os desafios: superação da injustiça social e desigualdade; reforma radical do Estado anti-neoliberal – são mencionados desafios nas questões de justiça social agrárias, ambientais, raciais. Neste último, o combate ao racismo e a promoção de grupos discriminados, beneficiando mulheres de diferentes categorias raciais, étnicas, geracionais e portadoras de necessidades especiais; justiça social e trabalho doméstico também entram na pauta); 3. Da inserção do Brasil no Cenário Internacional (combate aos efeitos negativos da globalização e à forma em que está estruturada); 4. Da Democratização da Vida Social (combate aos mitos da democracia racial, liberdade sexual e harmonia entre dominantes e dominados. Desafio de apoiar a cultura da paz na base da diversidade – combater homofobia, racismo e sexismo, democratizar as relações sociais na família, nas ruas, no amor, nas empresas etc. Fortalecer outros meios de comunicação mais democráticos); 5. Da Liberdade Sexual e Reprodutiva (compromisso com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, direitos dos não-heterossexuais, entre outros pontos).
- <sup>16</sup> Segundo o mito nacionalista, as interações sexuais e reprodutivas de três “raças” – africanos, portugueses e indígenas - deram origem à mistura racial, base da suposta democracia racial brasileira (Costa, 1985; DaMatta, 1981; McCallum, 2001; Wade, 1997; Winant, 1992). No cartaz baiano, encontram-se três imagens de tipos ideais

de mulheres brasileiras: uma índia (com uma fotografia de uma Yanomami), uma negra de cabelos trançados e uma branca de cabelos morenos lisos.

- <sup>17</sup> Olívia Cunha (comunicação pessoal).
- <sup>18</sup> Retirei esta referência, suprimindo o nome da entidade citada por Creuza.
- <sup>19</sup> Em sua entrevista, Ana Célia se refere a esse ciclo de palestras realizado por Lelia Gonzales em Salvador, em maio de 1978, intitulado "Noventa anos de abolição: uma reflexão crítica", e ao fato de Gonzales se orgulhar de ter servido de "catalisador" para jovens negros baianos (Bairros, 2000, p. 43).
- <sup>20</sup> Mesmo assim, as hierarquias estavam claramente demarcadas nessas escolas. Segundo outras informantes de Salvador, os bolsistas, nas escolas católicas daquela época, tinham que trabalhar e sofriam um controle maior do que os alunos que pagavam.
- <sup>21</sup> Uma região de Salvador localizada após o centro comercial e o porto, na "cidade baixa". Hoje esta área é populada quase que exclusivamente por pessoas de baixa ou média a baixa renda.

### Referências Bibliográficas

- AGIER, Michel. Racism, culture and black identity in Brazil. *Bulletin of Latin American Research*, Oxford, v. 14, n. 3, p. 245-264, 1995.
- \_\_\_\_\_. Etnopolítica - a dinâmica do espaço afro-baiano. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 99-115, 1992.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 15-57.
- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: *O livro da saúde das mulheres negras*, Jurema Werneck et al. (Orgs.). Rio de Janeiro: Pallas-Criola, 2000.
- COSTA, E. Viotti da. The myth of racial democracy: the legacy of the Empire. In: \_\_\_\_\_. *The Brazilian Empire: Myths and Histories*. Chicago: University of Chicago, 1985. p. 234-246.
- CUNHA, Olivia M. Gomes da. Black Movements and the "Politics of Identity" in Brazil. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Ed.). *Cultures of politics, politics of culture: re-visioning latin american social movements*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1998. p. 220-251.
- DAMATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: \_\_\_\_\_. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 58-85.
- FERREIRA DA SILVA, Denise. Facts of blackness: Brazil is not (quite) the United States... and racial politics in Brazil? *Social Identities*, London, v. 4, n. 2, p. 201-234, 1998.
- GOLDMAN, Marcio. An ethnographic theory of democracy. Politics from the viewpoint of Ilhéus's black movement (Bahia, Brazil). *Ethnos*, London, v. 66, n. 2, p. 157-180, 2001.

- \_\_\_\_\_. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.
- HTUN, Mala. A política de cotas na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 225-230, 2001.
- MCCALLUM, Cecília. O 'Paiakan' da Veja: mídia, modernismo e a imagem do índio no Brasil. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, v. 12, p. 19-38, 2001.
- \_\_\_\_\_. Women out of place? A micro-historical perspective on the black feminist movement in Salvador da Bahia, Brazil. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 39, n. 1, p. 55-80, 2007.
- NETTO, José Apóstolo. Sistema de cotas: um velho (des)conhecido nosso. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 33, fev. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/033/33netto.htm>>. Acesso em: jul. 2008.
- SANSONE, Livio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- WADE, Peter. *Race and ethnicity in Latin America*. London: Pluto Press, 1997.
- WINANT, Howard. Rethinking race in Brazil. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 173-192, 1992.